

JOSÉ CALERO E PROTÁSIO ALVES, DOIS MÉDICOS NA PERSEGUIÇÃO DE UM MESMO
OBJETIVO - A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR ADEQUADO PARA O TRATAMENTO DOS
TUBERCULOSOS

Lorena Almeida Gill¹

A tuberculose, em fins do século XIX e início do XX, se constituiu como uma grande epidemia que ceifou a vida de milhares de pessoas. Em Pelotas (RS), os números de enfermos e mortos foram impressionantes, fazendo com que se desenvolvesse um amplo debate através da imprensa diária, sobre a necessidade da construção de instalações adequadas aos adoentados. Neste artigo será analisada a postura defendida por José Calero, médico pelotense e Protásio Alves, médico porto-alegrense, ambos positivistas, filiados ao Partido Republicano Rio-Grandense, que se posicionaram fortemente sobre o assunto.

Palavras-chave: tuberculose, medicina, hospital.

La Tuberculose a été une très importante maladie qui a tué milliers de personnes au fin du XIX et début du XX siècle. A Pelotas, RS, ont été nombreux des malades et morts et ça a fait developper une grande discussion dans la presse a propôs de la nécessité de se faire construire des hopitaux pour les malades. Dans cette article on proposera l'analyse des positions qui ont été pris pour le médecin pelotense José Calero et pour le médecin de Porto Alegre, Protasio Alves, tout les deux positivistes et membres du Parti Republicaine Rio-Grandense

Mots-clès : tuberculose, medicine, hopital.

Desde a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, em 1847, houve uma preocupação em reservar um local apropriado ao tratamento de doentes acometidos por tuberculose. As demais doenças contagiosas seriam contempladas, desde que houvesse espaço adequado. O artigo 2º do Compromisso do hospital afirma que “[...] só deixarão de ser admitidos no hospital as pessoas atacadas de enfermidades contagiosas, a) o hospital receberá doentes de tuberculose, os quais serão tratados em pavilhão de isolamento; b) permitindo as condições do hospital,

¹ Professora Adjunta do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

serão construídos pavilhões de isolamento destinados ao tratamento de outras moléstias contagiosas”².

Nos primeiros anos de funcionamento, foram destinados ao isolamento dois quartos. Com o crescimento da população e, por conseguinte, das epidemias, passou-se a discutir quais seriam as doenças que deveriam ser tratadas dentro daquela casa de saúde. Uma das maiores inquietações dizia respeito à varíola, tendo em vista ser altamente contagiosa. No sentido de atenuar os efeitos da moléstia, o poder público promovia a inauguração de lazaretos, toda vez que fossem registrados casos expressivos da enfermidade. No que diz respeito à tuberculose, em vários momentos foram encontrados nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Pelotas análises que davam conta da importância de serem construídos espaços mais adequados às necessidades dos enfermos.

Não eram apenas em documentos de instituições de saúde que se encontravam referências sobre a necessidade de quartos isolados ou enfermarias, para atender aos vitimados pela tuberculose. Os jornais consultados³ publicavam notícias que enumeravam exemplos empregados em diferentes países do mundo, suscitando um debate sobre a maneira mais adequada de se cuidar de um tuberculoso.

Esta preocupação derivava do fato da tuberculose ser uma das doenças que mais mortes provocava na cidade de Pelotas. A condição agravante para a propagação da epidemia, era a situação de pobreza e abandono vivenciada por grande parte da população.

Em 1900, surgiram os primeiros sanatórios no Brasil. Antes mesmo desse período, houve duas opiniões diferentes sobre o assunto. Uns julgavam importante a construção de sanatórios e dispensários e outros imaginavam que uma estrutura hospitalar moderna poderia dar conta de atender diferentes demandas, dentre elas, aquelas que se destinavam aos procedimentos para com os tuberculosos.

² Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Aprovado em Sessão de Assembléia Geral dos Irmãos a 15 de janeiro de 1910 e registrado no primeiro Cartório de notas em 28 de julho de 1910, de conformidade com o Decreto n. 173 de 10 de setembro de 1893. Pelotas: Livraria Americana, 1910. Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV), Biblioteca Pública Pelotense.

³ Foram consultados os jornais, *Diário Popular*, órgão de divulgação do Partido Republicano Rio-Grandense, entre 1890 e 1930 e outros periódicos que conjuntamente se colocavam em oposição a este. Todo este material faz parte do acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Entre julho e outubro de 1899, pelas páginas do *Correio Mercantil*, o médico Carlos Magalhães publicou uma série de artigos que tratava o tema dos sanatórios. No primeiro deles, em 23 de julho, dissertou sobre a importância da fundação de estabelecimentos populares, como faziam os alemães, proporcionando aos doentes uma maior expectativa de vida, através das condições infra-estruturais. Os alemães basearam seu modo de ação em um tripé: rastrear, preservar e isolar (DESSERTINE e FAURE, 2000).

No segundo artigo, em 29 de julho, Magalhães alertou sobre o fato de que somente em um sanatório, local em que havia uma constante vigilância médica, seria possível seguir um regime pré-estabelecido para o doente: repouso horizontal, vida ao ar livre e alimentação substancial, além do descanso moral.

Prosseguindo a discussão, em 6 de agosto, disse que apesar de saber ser difícil criar essas estruturas de isolamento, os sanatórios seriam muito mais eficazes do que qualquer pavilhão ou enfermaria de tuberculosos, junto a um hospital. Para fortalecer seu argumento, utilizou um critério econômico, afirmando que os tuberculosos inválidos custavam muito mais ao Estado do que a criação de estações de tratamento.

Entre os dias 23 de agosto e 1º de setembro, apresentou estudos sobre vários lugares do Brasil e do mundo, destacando aspectos positivos à construção de sanatórios. Chegou à conclusão que o fator mais importante a se considerar era o clima ameno e temperado.

Nos últimos três artigos⁴, discutiu a necessidade do tuberculoso saber sobre a sua doença, porque acreditava que fosse uma moléstia curável, se descoberta no primeiro estágio.

A postura defendida por José Calero e Protásio Alves

Se houve na cidade de Pelotas um médico que tenha mobilizado todos os esforços para a construção de um dispensário para tuberculosos foi José Calero, o qual exerceu as funções de médico municipal, delegado da saúde do porto e

⁴ Dias 13 e 28 de setembro e 19 de outubro de 1899.

delegado de higiene. No último cargo, ficou entre os anos de 1895 e 1908, quando foi vitimado por uma parada cardíaca, aos 42 anos de idade.

Durante treze anos de atividade vinculada ao Governo do Estado, criou vários procedimentos, no sentido de conter epidemias existentes. Com relação à tuberculose, atuou basicamente em duas frentes: sistematizou um conjunto de informações sobre a doença, identificando em quais regiões da cidade se disseminava com maior rapidez e intensidade e quais os procedimentos necessários para conter os prejuízos que causava, sobretudo aos mais pobres; e lutou de forma obstinada por um sonho: a construção de um dispensário destinado aos enfermos.

Na primeira linha de ação, Calero elaborou estatísticas, diagramas e cartogramas; escreveu folhetos com preceitos higiênicos; procedeu à realização de confrontos demográficos entre regiões do Brasil e do mundo e publicou uma série de dez artigos, no jornal *Diário Popular*, entre os meses de novembro e dezembro de 1905, onde escreveu: “Por dever, por um compromisso contraído em virtude do cargo que exerço, sou forçado a vir dissertar publicamente sobre noções gerais de higiene, aplicadas à profilaxia da tuberculose”⁵.

José Calero, quando usou a expressão “por dever”, o fez no sentido de que ele foi até ao limite de uma das idéias utilizadas pelo positivismo, que enfatizava a moralização dos indivíduos a partir de uma atuação educativa do Estado (GARCIA, 2002:41).

Na teoria, quanto mais informações e conhecimentos fossem disponibilizados para uma pessoa, maiores seriam suas possibilidades de escolha. Por isso, as premissas de liberdade individual, religiosa e profissional, eram tão caras aos governantes positivistas gaúchos.

Voltando à análise da série de artigos, em longos escritos o autor discutiu a forma do contágio da doença, renegando fortemente o princípio hereditário. Para ele, o que deveria ser deixado de lado eram algumas práticas anti-higiênicas, que poderiam facilitar a aquisição da enfermidade. Nesse sentido, se opôs ao hábito do beijo como cumprimento, do escarrar em público e ao chão, que durante o século XIX chegou a ser considerado costume refinado. Condenou o viver em casas insalubres, com aglomeração de pessoas. Por outro lado, fez a apologia do

⁵ *Diário Popular*, 22 de novembro de 1905, p.1.

aleitamento materno, que protege os lactantes das infecções tuberculosas e apregoou a divulgação de informações à população, visando a atender a educação do indivíduo:

“A ignorância e a superstição das classes menos favorecidas pela instrução, muitas vezes, constituem o elo da enorme cadeia da propagação das moléstias infecto-contagiosas. Pela educação sistematizada e pela adaptação de crenças religiosas não divorciadas dos sãos princípios de higiene, conseguiremos melhores dias para a defesa de nossa saúde (DP, 25 de novembro, p. 1).”

Ofertado o conhecimento, não se furtava, no entanto, de recomendar o uso da força policial. Chegou ele mesmo a empregar tal força, acompanhando inspeções em cortiços e nas residências dos mais pobres, assim como em hotéis, armazéns, açougues. Atritou-se com autoridades vinculadas ao seu partido (PRR), quando julgava serem justas as suas observações. Por exemplo, no dia 20 de junho de 1905, Calero enviou um ofício ao Intendente Municipal, Dr. Cypriano Barcellos, reclamando da maneira como os empregados do Asseio Público despejavam o conteúdo dos cubos⁶, sem o uso do funil e tubo adequados, além do lançamento ser feito em local impróprio. Escreve o Delegado:

“Peço a sua atenção sobre a necessidade de ser o vasilhame lavado com interesse e meticulosamente, pois, desta operação dependem os créditos do serviço e o combate da transmissão de certas moléstias por estes recipientes. Nesta quadra em que epidemias terríveis tentam acometer-nos, lembro-vos a vantagem e necessidade de depois de perfeitamente lavados nas águas do São Gonçalo, serem estes recipientes novamente lavados em soluções antisépticas [...]. Os encarregados do serviço de despejo e lavagem dos recipientes deverão ter roupas próprias para este serviço e lavaram-se em água de creolina e mudar as roupas quando retirarem-se para suas casas. As roupas de serviço deverão ser fervidas, antes de lavadas. Certo do interesse que tendes manifestado pelas questões referentes à saúde pública confio na adoção destas medidas que tenho a honra de vos apresentar⁷.”

Em seu ofício, pode-se observar um tom de orientação, mas, sobretudo, de autoridade, o que não parecia comum na relação entre um Delegado de Higiene e um Intendente. Tanto que, no próximo ofício que dirigiu ao Dr. Cypriano, assegurou não ter tido a intenção de ser descortês, mas sim de tomar medidas tendentes a evitar a transmissão de moléstias contagiosas. O higienista não pediu desculpas por seu comportamento, dizendo apenas aguardar que se dissipasse o incidente. No mesmo documento, pediu licença para declarar que não concordou com o parecer do Perito Municipal sobre a contaminação da Fonte da Prainha, parecer este que,

⁶ Os cubos eram usados para coletar os dejetos fecais, os pretos em domicílios e os azuis destinavam-se aos hospitais e a vítimas de moléstias contagiosas.

⁷ Guia do Fundo Municipal. Pasta 122. CEDOV, Biblioteca Pública Pelotense.

posteriormente, pelos jornais, teve que confirmar (*Diário Popular*, 25 de junho de 1905, p.1).

Se algo na vida o motivou fortemente foi a idéia da “Assistência aos Tuberculosos”. Desde 1901, apareceram na imprensa inúmeras notícias que abordavam a organização de tal entidade. A primeira delas⁸, assim colocava: “Quanto à tuberculose a moléstia devastadora, que campeia triunfante, diante da guerra que lhe opõe a ciência, o Dr. Delegado de Higiene tem em vista constituir uma liga, nesta cidade”. A segunda, publicada dois anos depois⁹, relatava que uma comissão de médicos, formada pelos senhores Frederico Romano, Edmundo Berchon, Luiz de Moraes e José Calero, havia-se reunido para assentar as bases da Associação. Ao mesmo tempo, anunciava que a companhia Zucchi e Ottonello, realizaria um espetáculo, cujos rendimentos seriam repassados àquela.

Nos anos seguintes foram enunciadas a realização de concertos, corridas de touros, noites líricas, apresentações teatrais, sempre com a renda revertida para a entidade. Some-se a isso uma subscrição de donativos, feita por particulares e empresas da cidade.

O médico, com o dinheiro recolhido, mandou vir da Europa, escarradeiras de leite, de bolso e para serem colocadas a parede¹⁰. Alugou um prédio na rua Marechal Floriano, 77, no qual instalaria a “Assistência aos Tuberculosos”¹¹.

Cerca de um ano mais tarde, em 10 de abril de 1906¹², foi noticiada a instalação da “Assistência”, em uma outra casa, situada à rua Félix da Cunha, 177, esquina General Argolo. Publica-se também que o prédio será reformado:

“[...] vai receber obras e fica isolado, tem cômodos para a instalação das seguintes repartições: sala de espera, consultório, câmara escura, sala de exames bacteriológicos, sala do inspetor, secretaria e sala da direção. O prédio conta ainda com um vasto quintal, que vai ser ajardinado.”

José Calero, conforme já foi dito, partia do pressuposto que somente um local que proporcionasse condições de isolamento ao paciente poderia favorecer seu tratamento. O Delegado de Higiene concordava com artigo publicado no jornal *A Opinião Pública*, de 1º de março de 1907, p. 1, que assim dizia:

⁸ Jornal *Diário Popular*, 9 de janeiro de 1901, p. 2.

⁹ *Diário Popular*, 8 de outubro de 1903, p. 2.

¹⁰ Jornal *Diário Popular*, 4 de dezembro de 1904, p. 1.

¹¹ Jornal *A Opinião Pública*, 23 de fevereiro de 1905, p. 1.

¹² Jornal *Diário Popular*, p. 1.

“A permanência de tuberculosos em enfermarias onde estão sendo tratados doentes de outras moléstias é uma causa constante de irradiações do mal. Indivíduos fracos, atacados de moléstias depauperantes, como gripe e outras, estão em condições especiais de contrair tuberculose. Colocá-los ao lado de doentes desse mal, que, a cada momento estão expelindo elementos de contágio, é realmente uma obra de inconsciência.”

Ainda que houvesse oposição à idéia do estabelecimento de sanatórios, local em que, para alguns, poderia afluir um número impressionante de enfermos, Calero não estava sozinho em sua pretensão de dotar a região com uma Associação para os tuberculosos que, às vezes, era entendida como um dispensário, outras como um sanatório; mesmo colocado nos limites urbanos, o que não era considerado o mais adequado.

É importante esclarecer que a função do dispensário se relacionava, principalmente, à tarefa de descobrir a doença e ofertar o tratamento disponível no momento; ao sanatório, cabia o internamento dos enfermos.

Se pensarmos na estrutura vinculada ao governo estadual, Protásio Alves era um nome forte na pretensão de retirar os doentes do ambiente hospitalar comum, para inseri-los em uma realidade onde a tuberculose-doença, fosse o único alvo de atenção.

O médico Protásio Alves foi em essência um homem público. Deputado na 1ª Constituinte Republicana Rio-Grandense, exerceu as funções de Inspetor e Diretor de Higiene do Estado, ajudando a fundar, em 25 de julho de 1898, a Escola de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

Aqui, cabe fazer um parêntese para dizer que, apesar de fundar e dirigir a Faculdade de Medicina, sua posição era de alguma forma antagônica àquilo que defendiam certos positivistas históricos. Quando se fala sobre a fundação da Faculdade, é comum haver referência à carta que Júlio de Castilhos enviou ao “cidadão Dr. Protásio Alves”, assinada em 22 de agosto de 1898. Nesta, Júlio reafirma vários dos princípios mais caros ao positivismo rio-grandense. Aborda a importância da separação do poder temporal do poder espiritual, a necessidade de eliminar uma ciência oficial, o interesse do Estado em promover a plena liberdade de cultos, a liberdade profissional e a liberdade de ensino, de modo que coubesse apenas ao erário público o ensino primário, leigo e livre, ficando a cargo do interesse privado o ensino superior. Termina o texto chamando a mocidade a

estudar as obras de Augusto Comte, já que nelas se encontrará “[...] a mais emocionante conciliação do presente com o passado humano e a admirável continuidade do futuro” (FRANCO, 1996:29).

E não somente neste episódio Protásio Alves teve dificuldades em transitar entre a ciência e a política. Era, por exemplo, favorável à vacinação, procedimento que em sua forma obrigatória tornou-se execrado pelo Apostolado Positivista, que entendia a medida como uma interferência na vontade individual. Protásio, no entanto, não se opunha à vacinação, como, a princípio, não poderia se opor nenhum médico. Teve, em alguns momentos, de defender o governo estadual naquilo que dizia respeito à execução da liberdade profissional, matéria extremamente polêmica, a qual gerou inúmeros debates, extrapolando a comunidade científica e, em outros, expor de forma desnuda a situação da saúde pública no Estado:

“Em Relatório que vos enviei no ano passado chamei a vossa esclarecida atenção para a estatística mortuária da capital por onde se torna evidente a grande mortalidade, para o que não se encontra outra explicação, senão na falta de preceitos ditados pela ciência [...]. Vos disse que mais de mil indivíduos aqui na capital morrem por ano por deficiência de higiene [...]. Em Pelotas se deram em 1893, mil, trezentos e oitenta óbitos e no 1º semestre deste ano 602, sendo ocasionados por moléstias evitáveis 535¹³.”

Todavia, foi como Secretário dos Negócios do Interior e do Exterior que passou a maior parte de sua vida pública: entre 1906 até o final do período borgista no Estado, ou seja, 1928. Nos últimos dois períodos governamentais de Borges de Medeiros, foi ainda escolhido por este, como Vice-Presidente do Estado.

Desde 1895 – ano da criação do Regulamento para o serviço de Higiene do Estado do RS (Decreto n. 44 de 2 de abril) – os jornais registravam a vontade do então Diretor de Higiene, Protásio Alves, de fundar no Rio Grande do Sul, um hospital de isolamento para tuberculosos. A principal oposição vinha, no entanto, de seu superior imediato, o Dr. João Abott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, a partir de 1896, que discordava publicamente da fundação de sanatórios ou colônias para tuberculosos no Estado.

¹³ Relatório apresentado em 31 de agosto de 1894 ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, pelo Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior, Possidônio M. da Cunha Júnior. Porto Alegre: Of. D'A Federação, 1894, p. 97 e 98. CEDOV, BPP.

A postura de Abott encontrava respaldo nas idéias de Augusto Comte, mentor de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Lembra GARCIA (2002:41) que “Comte era totalmente contrário aos hospitais, uma vez que estes acarretavam a segregação e a desindividualização, contrariando o estabelecimento das relações harmoniosas entre o indivíduo e a sociedade e a reconstituição da própria unidade individual”.

Assim, Abott se posicionava:

“Discordo do ilustre Diretor de Higiene, quando propõe a fundação de sanatórios ou espécies de colônias de tuberculosos por me parecer inexequível tal medida. De fato: como obrigar o tuberculoso a buscar o sanatório? Tuberculosos há que passam muito bem com as suas *velhas bronquites* e ninguém os convencerá de que o são! Outros há que passam muito mal e se dizem dispepticos ou mesmo nada ter além de ligeiro cansaço; de resto afirmam passar muito bem e nunca terem tido tanta saúde... tuberculosos nunca. Como convencê-los? Retirem um cidadão, que se julga são, do seio da família e internem-no numa colônia, separem-no da esposa e filhos, quanta dificuldade e ainda quanta tirania no emprego de tais medidas! [...] Retiro voluntário? Quem o buscará? Os que são abastados, irão buscar a cura onde lhes aprouver. Os que não o são, não abandonarão os parentes e amigos, porque não poderão levá-los consigo. A medida não satisfaz¹⁴.”

Segundo o então secretário, os procedimentos de maior alcance e exeqüibilidade estariam vinculados a uma propaganda educativa incessante sobre os perigos do contágio e da transmissão da tuberculose. As informações deveriam ser repassadas, prioritariamente, pela classe médica que, através de conselhos repetidos, abordaria os meios preventivos para a não aquisição da doença e as causas do depauperamento orgânico, muitas vezes relacionadas a desvios morais, como o alcoolismo.

Apesar de toda essa preleção, Protásio não se deixava intimidar e no Relatório de 1903, p. 223, voltou a defender aquilo que considerava o mais correto. Afirmava que o sanatório não constituía perigo para a localidade que o acolhesse e que o exemplo da Alemanha, que em 10 anos havia construído 83 sanatórios, diminuindo em muito os seus doentes, deveria ser seguido por todos os países.

Protásio Alves ressaltou ser um equívoco imaginar que o sanatório fosse, para ele, o único meio de combate à doença, como diziam alguns de seus críticos, mas que, seguramente, era um dos elementos importantíssimos a ser considerado:

¹⁴ Relatório apresentado ao Sr. Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do RS pelo Dr. João Abott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de agosto de 1901. Porto Alegre: Livraria do Globo, p. 9 e 10. CEDOV, BPP.

“Houve quem acreditasse que eu fazia do sanatório o meu elemento único de combate; o canhão é uma excelente arma de guerra, mas não há soldado que convencido disso dispense as outras. Penso que a criação dos sanatórios é um fato de máxima importância na profilaxia da tuberculose; ele age como já disse: 1º curando um certo número de doentes que morreriam abandonados no seu meio habitual; 2º esses doentes, deixando os centros populosos, não serão veículos de contágio; 3º finalmente, a educação dos enfermos recebida no sanatório refletir-se-á na população e as probabilidades de contágio de doentes, que ficarem em domicílio, diminuirão.”

Em seu texto, evidencia-se o esforço que, por exemplo, fez a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, para dar atendimento aos tuberculosos que a procuraram, embora as duas enfermarias existentes fossem mal situadas, localizando-se junto ao prédio principal. Para o médico, apesar das dificuldades, o governo, por iniciativa própria ou como auxiliar de uma das instituições hospitalares do Estado, deveria construir um sanatório.

“Eu bem sei que custa caro, mas não serão pequenas as vantagens a auferir. Não se diga que o sanatório ficará sem doentes, porquanto todo o clínico sabe o sacrifício que aqueles de certa posição fazem para ir procurar em bons climas alívio para seus males; e se os pobres não os imitam, é porque seus recursos não o permitem. Dê-se-lhes transporte, encarregue-se de sua alimentação e Assistência Pública e eu garanto que não faltarão doentes¹⁵.”

A partir do ano de 1906, quando passou a ser o Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, responsável pela saúde pública do Estado, suas idéias foram mais facilmente veiculadas. Tanto que, quatro anos depois de sua posse, houve a inauguração do Hospital de Isolamento São José, em Porto Alegre, no mesmo terreno que posteriormente abrigou o Sanatório Partenon.

Segundo Paulo Garcia (2002:151), este estabelecimento surgiu para o controle da varíola mas, na pretensão do Secretário Protásio Alves, destinar-se-ia a várias moléstias diferenciadas “[...] dentro de uma perspectiva moderna, que identificava uma causa etiológica específica para cada doença”.

De outra parte, Garcia reclama do silêncio que cerca este tipo de instituição. Não houve ato ou lei que a instalasse oficialmente. O autor encontrou nos documentos da rotina hospitalar, casos de enfermidades variadas como varíola, peste, sarampo, lepra, tuberculose, entre outros.

O modelo, portanto, não era aquele pretendido pelo médico, mas se constituiu no embrião daquilo que desejava e que viria a ser mais tarde.

¹⁵ Relatório de 1903 da Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. CEDOV, BPP.

Já as proposições de José Calero ficaram apenas em sonho. A “Assistência aos Tuberculosos”, após sua morte, fechou as portas, antes mesmo de abri-las. É possível, no entanto, que a mobilização que criou na sociedade tenha sido um caminho que levou, vários anos depois, à construção do Pavilhão dos Tuberculosos, junto à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Fontes:

Arquivos do Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV) da Biblioteca Pública Pelotense.

Referências Bibliográficas:

- 1) DESSERTINE, D. e FAURE, O. *Combattre la tuberculose (1900-1940)*. Lyon: Presses Universitaires, 2000.
- 2) FRANCO, Sérgio. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- 3) GARCIA, Paulo César. *Doenças contagiosas e hospitais de isolamento em Porto Alegre (1889-1928)*. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do RS.
- 4) GILL, Lorena Almeida Gill. *Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do RS.